

QUEBEC: LITERATURA, HISTÓRIA E IDENTIDADES EM CONFLITO

QUEBEC: LITERATURE, HISTORY AND IDENTITIES IN CONFLICT

Luciano Passos Moraes¹

Resumo: *A literatura quebequense caracteriza-se pelo debate em torno do problema do pertencimento, processo observado desde as origens da província e que até hoje provoca a discussão acerca das identidades em contato no Quebec. Tal discussão se intensifica pela presença das chamadas literaturas migrantes, corrente que trouxe ao seio daquele sistema literário a escrita do exilado e do imigrante e, conseqüentemente, estimulou a abordagem de problemas sociais relacionados à questão da inclusão e à própria resistência em busca da permanência da língua francesa. O presente trabalho pretende traçar um percurso histórico em torno do tema da quebecidade, a partir da releitura de momentos históricos fundamentais que acabaram por preparar o terreno em que emergem tais literaturas.*

Palavras-chave: literatura quebequense, literaturas migrantes, quebecidade

Abstract: *The literary system in Quebec is characterized by the debate over the idea of belonging, process observed since the origins of the province and which provokes until nowadays the discussion on the identities in contact. Such discussion is intensified by the presence of the so-called migrant literatures, current which brought to that literary system the written expression of the immigrants and exiled and, consequently, stimulated the approach of social problems related to the inclusion and even the resistance towards the permanence of the French language. This work aims at tracing a historical path over the theme of "quebecity", through the analysis of fundamental historical moments that prepared the field to the emergency of these literatures.*

Keywords: literature from Quebec, migrant literatures, quebecity

Uma das correntes literárias mais fortemente presentes no Quebec tem sido representada por escritores imigrantes ou exilados, que trazem ao interior da escrita as temáticas da busca identitária e dos conflitos decorrentes do contato intercultural no local de acolhida. As ideias de diversidade e pluralidade fazem parte desse sistema literário desde muito tempo, e é a partir dos anos 1980 que as chamadas literaturas migrantes passam a ser pensadas criticamente com vistas a integrarem a historiografia literária tendo respeitado seu caráter mutável e compósito, sobretudo pela inclusão social do elemento imigrante que passa a conquistar espaço. A escrita migrante, cuja principal característica é a expressão da diversidade trazida por escritores originários de

¹ Doutor em Estudos de Literatura na UFF. Professor no Colégio Pedro II.

outros países e que passaram a ressignificar a movência na literatura, é marcada pelos temas da migração e do exílio e coloca em posição de destaque a experiência do deslocamento, da vivência de períodos politicamente conturbados e de confrontos culturais nas sociedades em que se estabelece¹.

A fim de compreender melhor as origens dos processos de movência que culminam no estabelecimento das literaturas migrantes, propomos uma revisão de algumas das bases históricas da sociedade quebequense, sobretudo no que se refere a seu caráter plural e à construção identitária que até os dias de hoje alimentam essas literaturas, rumo à afirmação da expressão literária francófona nas Américas. A questão da identidade nacional quebequense apresenta peculiaridades que remontam à época colonial, quando o pertencimento já configurava um ponto de tensão com relação à França. A história do Quebec se constrói, primeiramente, à sombra da metrópole, o que tem implicações ainda nos dias de hoje. Some-se a isso a dupla colonização do Canadá, com o período de conquista do Quebec pela Inglaterra em meados do século XVIII, o que contribui para que o mosaico de referências seja ainda mais conflituoso.

Tal confusão referencial desestabiliza a formação identitária desta sociedade, sendo o significado de “ser quebequense” insistentemente debatido até os dias de hoje. Com isso, constitui-se terreno propício para a busca de um modelo próprio, cuja originalidade consiga abarcar tanto as referências basilares que compõem o passado colonial (por exemplo, o componente imigrante que chega da França para construir um país e as populações autóctones que já habitavam o local antes da chegada dos colonizadores) e que desencadeiam, futuramente, o sentimento nacionalista, quanto as novas correntes de imigração que chegam ao país (notadamente após as políticas de imigração postas em prática a partir da década de 1960) e que impulsionam o debate sobre as diferenças.

Ao fazer um balanço das implicações decorrentes da dupla colonização, Bernard Andrès assim sintetiza algumas das peculiaridades que compõem a sociedade quebequense:

Pelo fato de o Canadá ter conhecido dois tipos de colonização, ele se divide entre duas memórias e duas histórias, a da França e da Inglaterra. Se considerarmos igualmente a importância primordial das alianças com os ameríndios, uma terceira memória também é levada em consideração, mais ou menos assumida pelos recém-chegados na colônia. É certo que os heróis da Nova França provêm de duas antigas metrópoles, mas eles descendem igualmente da terra canadense. Inicialmente franceses, as primeiras gerações de colonos tornaram-se canadenses tomando emprestado o patronímico dos aborígenes, os primeiros verdadeiros canadenses. Na sequência, a conquista

inglesa redefiniu o país e forçou esses franco-canadenses a se adaptarem ao novo regime sem perder sua língua nem sua alma. Sem perder, acima de tudo, para muitos entre eles hoje, o distante desejo de um dia se realizarem enquanto nação. É essa tensão entre dois “povos fundadores” que fez a originalidade do Quebec e do Canadá há 500 anos (ANDRÈS, 2013, p. 66-7).

É evidente, portanto, que a problemática da filiação não pode ser deixada de lado ao se pensar o caráter compósito do sistema literário do Quebec, microcosmos de um sistema social que ainda tenta se (re)conhecer e se (re)definir. Uma possibilidade de interpretação dessa história é proposta por François Ouellet na obra *Passer au rang de père* (2002), na qual analisa alguns dos processos estruturais da história e da historiografia quebequenses para tentar compreender alguns dos mitos fundadores dessa literatura. Ele propõe a imagem paterna como metáfora para as relações de dependência e tentativas de autonomização da sociedade ao longo da história.

O fio condutor das análises é a ruptura com imagens de pai, de onde vem o título do estudo: a partir da metáfora das relações entre pai e filho, ele verifica as implicações da imagem paterna (uma espécie de símbolo de permanência e de pertencimento com relação à metrópole, cujos componentes incluem as relações com a Igreja) na construção de uma história literária quebequense. Para François Ouellet, é necessário romper com essa imagem para daí construir outras, para que o filho autonomize-se e se torne, ele próprio, pai. Em outras palavras, seria um processo de criação de novos paradigmas, a partir do autoconhecimento e do estabelecimento de estruturas criativas próprias, para daí passar a ser o referencial; desvincular-se dos pontos de referência pré-estabelecidos para se transformar em novo centro de referência.

Assim, seria impossível falar em independência e autonomia da sociedade quebequense sem a ruptura com uma imagem paterna inicial. Esse corte é necessário para que se redefina uma paternidade simbólica – com novas possibilidades de autonomização do pensamento crítico, por exemplo – para, finalmente, tornar-se outra:

Hoje, [...] eu não vejo como pensar a questão do pai sem colocar a questão nacional, nem como pensar a questão nacional sem uma reforma social que daria novamente à figura paterna uma posição simbólica hegemônica. Esses dois aspectos são inseparáveis: realizar a independência política é se dar a possibilidade de definir uma nova forma de paternidade simbólica. A independência não é senão um meio para passar ao estatuto de pai (OUELLET, 2002, p. 121).²

Uma vez quebrada a paternidade simbólica, o imaginário coletivo estaria preparado para tomar as rédeas da escrita de sua própria história. Trata-se, para Ouellet,

de uma constante construção e reconstrução de paradigmas, processo intrínseco à construção do próprio pensamento histórico:

Sem dúvida, a representação do pai no imaginário coletivo é tanto produto da história quanto produção da história: porque os atos e os gestos dos homens não visam nada mais, nada menos que *a necessidade de se tornar pai*, de construir uma paternidade simbólica, eles só produzem uma história para que outros, fatalmente, a desfaçam e a refaçam (OUELLET, 2002, p. 23).

Segundo Ouellet, o problema do pertencimento – comum a todas as colônias americanas, cada uma a sua maneira, vale dizer – tem origem na chegada dos primeiros imigrantes ao território que os europeus batizaram de “Nouvelle France”, ou “Nova França” (no caso do Canadá francófono, seu objeto de análise) e de “Nouveau Monde”, ou “Novo Mundo” (mais amplamente com relação às Américas). Essas expressões, construídas sobre a ideia de “novo”, trazem substancial carga simbólica, principalmente em dois aspectos: um deles está ligado à possibilidade de (re)construção a partir da ruptura com a metrópole; outro remete à noção de continuidade e expansão dessa metrópole, o que ao mesmo tempo ignora a existência de vida antes da chegada dos novos habitantes. O autor sustenta que a metáfora do pai torna-se a expressão privilegiada de um espaço onde nova vida é possível: “Ela tem o valor de continuidade da França do ponto de vista das elites, mas valor de ruptura do ponto de vista dos colonos” (OUELLET, 2002, p. 30).

O sistema simbólico proposto por Ouellet pensa a sociedade de forma patriarcal, em que o desenvolvimento dos fatos sociais, culturais, históricos ou literários se dá pela relação do pai com o filho, cujo objetivo é tornar-se, ele próprio, pai. Os colonos enviados à Nova França são filhos em outro nível: a imigração era, no século XVII, essencialmente jovem, solteira e masculina. Os homens eram enviados ao Canadá nessas condições, para servirem de mão-de-obra, e só receberiam (ou formariam) suas famílias quando tivessem condições de garantir eles próprios a subsistência: em 150 anos, só chegaram 250 casais. Um censo realizado em 1666 revela que, entre 179 solteiros com idade de 16 a 40 anos, apenas 45 eram mulheres disponíveis para casamento (OUELLET, 2002, p. 29).

Esse processo revela uma vontade de independência dos imigrantes que chegavam sós, jovens que tentavam se tornar independentes dos pais para viverem a própria vida. Essa relação fica clara ao se pensar que o regime político era uma

monarquia absoluta, estrutura fortemente ligada à figura paterna. Além disso, o papel da Igreja instalada no território assemelhava-se a uma teocracia.

Daí a pertinência de se associar as relações entre os colonos e a metrópole com as imagens de pai e filho:

Socialmente, no início, eles são filhos que, na medida em que decidem refazer sua vida na Nova França, inscrevem uma ruptura com seu país de origem. Duas expressões-chave aqui: *nova vida* e *ruptura*. Para recomeçar do zero, é preciso fazer tabula rasa; para tornar-se pai, é necessário matar o pai. [...] O contexto cultural norteamericano, tão radicalmente diferente de tudo o que os colonos conhecem, permite o estabelecimento de novas condições de vida a partir das quais seria possível definir e instituir um novo poder paterno (OUELLET, 2002, p. 29-30).

Tais ideias em torno da construção dessa Nova França ainda incipiente auxiliam na compreensão de traços que estão presentes até hoje no questionamento das identidades no Quebec e que trazem implicações na compreensão de sua literatura. Desde a época colonial essas identidades são conflituosas, e as rupturas de que fala Ouellet não acontecem rapidamente, elas levam muitos anos para se tornarem realidade. O problema do pertencimento (que remete à ideia de obediência à metrópole) e a necessidade de autonomia são fatores-chave para que essa nova sociedade se liberte do poder da Igreja e das figuras paternas às quais deveria prestar contas.

Provavelmente essa libertação só se estabeleceria, pelo menos com maior impacto histórico, muito tempo depois, com a chamada *Revolução Tranquila* (ao longo da década de 1960)³, que tem como um dos principais legados a desvinculação entre educação e Igreja, contribuindo, por extensão, para a laicidade do próprio Estado. Segundo Pierre Morel, a expressão *Revolução Tranquila* designa um período essencial da evolução do Quebec, de efervescência sem precedentes, que assina a certidão de nascimento do “modelo quebequense”, pela ascensão do sentimento nacional e a emergência de uma “verdadeira identidade quebequense”, momento em que uma das províncias mais tradicionais do Canadá torna-se uma das mais vanguardistas (MOREL, 2007, p. 45-6).

Ainda à época da chegada dos primeiros colonos, a relação com o poder eclesiástico acabava, indiretamente, por fragilizar os laços desses novos habitantes com a figura paterna (a França), uma vez que as relações entre Igreja e monarquia também se encontravam abaladas. Para François Ouellet, a passagem à modernidade cultural se deu a partir da retirada do poder de decisão da elite clerical, modificando profundamente as ligações filiais entre a colônia e a metrópole: gradualmente, a Igreja iria, “sob o impulso

de um desenvolvimento sempre aumentado do sentimento nacional [...], engajar uma relação de força com o Canadá que a colocava, ela própria, em posição inferior de filho, o que só podia tornar mais vulnerável sua face paterna” (OUELLET, 2002, p. 40).

Em outras palavras, se o clero perde sua posição referencial de pai durante a Conquista da Nova França pelos ingleses (1759-1763), ele passa ao estatuto de filho, sujeito ao modelo político britânico. Lise Gauvin aponta que essa questão referencial não era propriamente um problema colonial nos termos que se costuma compreender, já que os únicos colonizados, até a tomada do Quebec pelos ingleses, eram os povos nativos:

Os habitantes da Nova França eram europeus coloniais e colonizadores que não podiam verdadeiramente se dizer colonizados, senão pela autoridade do poder central. Os verdadeiros colonizados eram então os Ameríndios. Sob o regime inglês, a partir de 1763, a situação é, bem entendido, muito diferente, uma vez que os francófonos tornam-se sujeitos britânicos que se tenta, por diversos meios, assimilar (GAUVIN, 2012, p. 10).

Há controvérsias entre os historiadores: alguns consideram o período da conquista pelos ingleses como um fator positivo para a afirmação de uma identidade própria no futuro, por ter permitido um certo distanciamento do modelo francês e o enfraquecimento da influência do clero; outros entendem essa ruptura como um corte no projeto de identidade nacional que poderia vir a se consolidar mais naturalmente sem o domínio britânico. Outros, ainda, têm uma postura um pouco mais pessimista acerca da formação da identidade canadense-francesa, como é o caso de Fernand Dumont, que considera que a ocupação britânica fragiliza e traumatiza esse processo. Jocelyn Maclure assim resume essa visão:

O nascimento da sociedade canadense-francesa, na narração histórica dumontiana, toma forma de “aborto”, de “revés”, de “ruptura” ou de “traumatismo”. No abismo que separa a utopia europeia de uma *Nova França*, tomada das taras da antiga França e de uma colonização enfraquecida e claramente insuficiente, abre-se, realmente, uma lesão jamais cicatrizada. Segundo Dumont, “uma ruptura é produzida muito cedo na projeção do sonho europeu na Nova França. De maneira que a *origem* nos aparece menos como um começo do que como um aborto”. Antes mesmo da Conquista, a sociedade canadense-francesa foi fragilizada, atingida em sua representação própria e do mundo, privada de suas ilusões e ambições. É de uma sociedade já traumatizada, refugiada e escondida sob o conforto da utopia que o inglês virá ocupar-se. Esse “traumatismo da infância” será colmatado em seguida, sem cessar, pela projeção de um futuro utópico ou, retomando as palavras de Dumont, pelo “trabalho compensatório do imaginário” (MACLURE, 2003, p. 44-5).

Para além da controvérsia quanto aos efeitos da Conquista na formação identitária e política do Quebec, Luc Turgeon pondera, com relação aos historiadores de diferentes escolas, que “todos concordavam em afirmar que essa sociedade era organizada por atores (o clero), princípios (o catolicismo e o nacionalismo) e uma infraestrutura (a paróquia), que faziam dela uma sociedade global” (TURGEON, 2003, p. 63). As balizas estruturadoras dessa sociedade estavam sempre relacionadas ao clero, e a única saída rumo à formação de um Estado sólido, ainda que não independente, seria a neutralização de sua influência – para o que a ocupação britânica acabou por contribuir. Ou, nas palavras de Ouellet:

O ódio da Igreja, proporcional à desmesura do poder que nós lhe reconhecemos, nos fez esquecer que não era o totem que se deveria eliminar, mas a relação de autoridade que liga ao totem que se deveria modificar. Para que se compreenda bem a pertinência dos valores “modernizados”, eu diria a esse respeito que o que importa não é tanto a palavra quanto a função (alguma coisa que tome o lugar de pai): alguma coisa que tome lugar do sagrado (OUELLET, 2002, p. 140-1).

Em outros termos, refundar a figura do pai, após a ruptura com a Igreja, significaria ter de buscar outras referências que substituíssem a questão religiosa sem eliminar o espírito da crença. Tratava-se de reconstruir a questão metafísica ligada à imagem do pai de outra forma, abrindo espaço para uma criticidade que ainda estava sendo desenvolvida.

O problema das relações entre Igreja e Estado seria novamente motivo de questionamentos mais tarde, no período da Revolução Tranquila, quando se tentou, pelo menos no plano oficial, resolver a questão rumo ao estabelecimento de uma estrutura social e política independente. De acordo com Luc Turgeon, um dos legados das mudanças observadas na década de 1960, além da ruptura com a Igreja, foi a abertura da coletividade canadense-francesa à cultura norte-americana, com a tomada de postos políticos há muito reservados aos anglófonos, adaptando-se no Quebec ideologias em voga no exterior (descolonização, marxismo, liberalismo). Ele considera que a Revolução Tranquila marca a inauguração da coletividade territorial quebequense, constituindo-se a oportunidade de um novo recomeço. Esse período marcou a abertura da sociedade “às forças constitutivas de uma modernidade que foi durante muito tempo rejeitada: o capitalismo, o liberalismo, o progresso, a mudança, o assumir as rédeas das decisões, a busca da autenticidade” (TURGEON, 2003, p. 66-7).

Não seria ousado identificar traços da ruptura com o clero no próprio falar quebequense, no qual, diferentemente da maioria das línguas latinas, os palavras não vêm de um vocabulário sexual ou escatológico, mas sim de expressões ligadas ao catolicismo. Para citar apenas alguns poucos exemplos, palavras retiradas do léxico litúrgico como *câlisse*, *baptême*, *tabarnac*, *crisse*, *osti*, *sacrément*, *calvaire*, *ciboire* (e suas incontáveis variantes, entre interjeições, adjetivos, locuções adverbiais e expressões as mais diversas), são empregadas na linguagem popular como xingamento (*sacre*) e, dependendo do contexto, consideradas agressivas e de baixo calão.

O levantamento de tais questões é pertinente na medida em que revela o espírito que permeia a formação da sociedade quebequense, e que atravessa inevitavelmente sua historiografia literária: o problema do pertencimento, discutido à exaustão, está presente desde as origens. Até os dias de hoje, superadas minimamente as relações conturbadas com o clero, do ponto de vista político, o embate com o restante do país de maioria anglófona ainda é acirrado. Nada mais natural para uma nação formada com base na resistência (para evitar o termo “sobrevivência”, que remete a uma corrente de pensamento histórico considerada ultrapassada⁴). A esse respeito, vale retomar o pensamento de Luc Turgeon, que considera que o Quebec pós-Revolução Tranquila ressurgiu como uma sociedade global cuja coletividade tem caráter distinto:

A questão do Quebec torna-se não a questão de um grupo voltado sobre si mesmo no espaço norte-americano, mas a de um grupo que, tendo se conscientizado de seu estatuto de inferioridade na história, tenta encontrar sua independência econômica e política. Esta luta nacional, embora ela tenha assumido novas formas (o projeto independentista e não o projeto conservador de sobrevivência), permanece o elemento que faz do Quebec, ao longo de sua história, uma sociedade única na América do Norte (TURGEON, 2003, p. 67).

Destacam-se desta reflexão dois pontos fundamentais. O primeiro deles é a ideia de “inferioridade na história”, que vai ao encontro da ideia de filiação proposta por François Ouellet e constitui um dos fatores que impulsionaram as mudanças observadas durante a Revolução Tranquila. A inferioridade a que se refere Turgeon está ligada à defasagem com relação às nações vizinhas, tanto no que diz respeito à organização social e política (o clero como espinha dorsal do Estado) quanto à modernização (a industrialização e a urbanização avançavam a passos lentos em uma sociedade tradicional e de baixa competitividade de mercado).

O segundo ponto relevante nessa análise é o tema da sobrevivência. Ligada diretamente à sociedade dita canadense-francesa, tal noção advém da fragilidade da

estrutura social durante a ocupação britânica e viria a ser questionada a partir dos anos 1960 por corroborar a ideia de inferioridade perante o Canadá anglófono e por ignorar a existência de populações nativas anteriores à colonização. Durante a Revolução Tranquila essa corrente de pensamento é posta em xeque com a ascensão de um sentimento nacionalista, que propunha cortar os laços com vestígios da época colonial em prol da construção de uma identidade própria. Por meio do autoconhecimento, a nova sociedade que entrava a passos firmes na modernidade não era mais calcada nas noções de sobrevivência e de inferioridade, e sim na autoafirmação, na tomada ativa de decisões e na conquista de espaço político perante o “outro” (o grupo canadense ou anglo-quebequense).

Na literatura, os efeitos desses sentimentos independentistas também são percebidos, sobretudo a partir da década de 1960. Em busca de autonomização do fazer literário para romper com a tradição francesa e buscar a expressão da originalidade da sociedade do Quebec, a linguagem literária torna-se meio de expressão por excelência da quebecidade. Simultaneamente, o falar popular quebequense (o *joual*) é incorporado na literatura e, além disso, a pluralidade linguística vivenciada no cotidiano dos falantes passa a ser problematizada na escrita literária, seja pela inclusão de expressões em inglês ou pela hibridação de falares, com o emprego de neologismos oriundos do contato entre as duas línguas.

O emprego do *joual* causou polêmica e muita discussão entre os escritores. Os jovens revolucionários que colaboravam com a revista *Parti pris*, ao contestarem abertamente a literatura instituída até então, tornaram-se os campeões da “heresia linguística” (BROCHU, 2000, p. 261). Laurent Mailhot considera que tal recurso pode ser entendido pela formação de uma estrutura de decomposição que denunciou a degeneração cultural, social e política: foi uma estratégia de reconhecimento e eliminação do colonizado em si (MAILHOT, 1997, p. 144).

O fato é que a entrada do linguajar popular próximo da oralidade na literatura trouxe originalidade e contribuiu para a apropriação mais criativa do fator regional, definindo o tom da expressão quebequense e dando voz à identidade própria que tanto se buscava. Para André Brochu, esse processo, que se amplia e toma força durante a Revolução Tranquila, representa um gesto político importante, pois marca o momento em que o povo se apropria de sua língua/cultura:

A intenção não era somente de chocar, mas também de arrancar a cultura e a literatura da classe dominante e de obrigá-la a manifestar sua convivência com

a classe oprimida. De resto, a Revolução Tranquila se caracterizava pela tomada da palavra de todos aqueles que, há tanto tempo, calavam-se, convencidos de sua inaptidão a pensar e a se expressar convenientemente. A partir de então, a crítica de se expressar em mau francês não tem mais efeito sobre o “povo”, e é essa vitalidade do discurso reencontrado que alguns escritores saúdam por sua utilização do *joual*. Os valores de expressividade estando profundamente ligados, como o mostra Mikhaïl Bakhtine, à palavra popular, carnavalesca, só o *joual* parece capaz de levá-los à literatura, após décadas de escrita exangue em que se exercia o rigor e a perfeição clássicos. O *joual* representa a palavra reintroduzida na escrita, ou ainda o povo que se torna novamente – ou pela primeira vez – *sujeito* da cultura (BROCHU, 2000, p. 264-5).

A inclusão do *joual* na escrita literária funda um novo paradigma: escrever na língua do povo significa romper com uma certa tradição elitista advinda da herança colonial, e novos caminhos desenham-se quando a linguagem literária passa a representar a ideia de uma “verdadeira” quebecidade, ainda que nos dias de hoje essa noção já esteja ultrapassada. Em *Aventuriers et sédentaires* (2012), por exemplo, Lise Gauvin dedica um capítulo à questão da variedade linguística no romance quebequense a partir dos anos 1960, oferecendo rico apanhado de exemplos de escritores e obras de impacto nessa corrente, marcada pelo uso da ironia e do entrecruzamento de discursos e registros linguísticos. Tais processos estão fortemente presentes na obra de escritores canônicos como Gabrielle Roy, Yves Beauchemin, Michel Tremblay e Réjean Ducharme, além da revista *Parti Pris*, um marco dessa tendência.

Logo na introdução de seu ensaio *La littérature québécoise depuis ses origines*, Laurent Mailhot aponta a presença do *joual* como fator preponderante na formação de uma identidade literária. No entanto, ele se questiona até que ponto tal estratégia corresponde plenamente ao desejo de expressar, em literatura, uma identidade nacional:

O *joual* [...] corresponde a esse desejo de sermos reconhecidos como diferentes, autônomos? O *joual* falado em Montreal é um nível de língua, não uma língua, nem um dialeto, nem um patoá, nem mesmo uma gíria. Em literatura, é uma linguagem, um estilo, uma escrita (fonética ou não), uma ideologia entre outras. Essa ideologia (crítica), aliás, transformou-se mais ou menos em mitologia (complacente). Alguns romancistas serviram-se dela como de um instrumento de descrição-denúncia, o teatro aproveitou-se dela com felicidade; alguns ensaístas (e linguistas?) passaram por ela (MAILHOT, 1997, p. 14-5).

Retomando ideias difundidas na revista *Parti pris*, Pierre Morel lembra o fato de o *joual* ser uma forma linguística que advém da ausência de uma língua nacional e da vizinhança com uma língua estrangeira dominadora. O emprego do *joual* é visto por ele sob dois aspectos, o de deformação/deterioração da língua original das colônias

canadenses e seu papel referencial enquanto língua viva, cotidiana, que exprime a vivência da quebecidade. Essa visão reflete a necessidade de denunciar a exclusão dos autores quebequenses que não se expressavam em uma língua francesa “clássica” e que corriam o risco de se isolarem do resto da comunidade francófona. Assim, o *joual* deixou gradativamente de ser visto como a expressão do vulgar ou do inculto para ser visto como uma autêntica apropriação da linguagem genuinamente quebequense:

Muitos autores viraram-se a essa direção e em particular Michel Tremblay, cujo teatro recorre amplamente ao *joual* [...]. O fato de o francês ter adquirido com a lei 101 um estatuto oficial no Quebec fez com que essa questão perdesse sua dimensão polêmica. O *joual* continua presente enquanto expressão popular, mas não mais como uma alternativa eventual à utilização de uma língua francesa que certamente será conveniente acomodar, mas que se tornou a língua de todos (MOREL, 2007, p. 40-1).

Pierre Morel parece ir ao encontro de François Ouellet no que concerne à construção de novos referenciais através da superação da imagem do pai. Ao se libertar do francês “clássico”, o falar quebequense conquistou espaço nas letras rumo à expressão de sua identidade. Morel enfatiza a relação intrínseca entre a expressão da identidade e a apropriação linguística na história literária do Quebec:

A literatura quebequense é impossível sem uma interrogação sobre a língua, o que Lise Gauvin chama de superconsciência linguística do escritor. [...] Essa superconsciência linguística não se limita aos escritores. Ela é uma das características da interrogação identitária quebequense e desembocará no que se chamou de *querela do joual* e os debates sobre a língua apta a expressar a identidade e a modernidade quebequenses, francês da França, *joual* ou norma autóctone, preservando ao mesmo tempo a originalidade quebequense e a intercompreensão com as outras regiões francófonas. (MOREL, 2007, p. 43).

A aproximação entre oralidade e escrita literária contribui para preservar a variedade linguística do francês quebequense e ao mesmo tempo difunde traços que compõem essa identidade. De certo modo, essa tendência acaba por imprimir na história literária novos mitos fundadores, por mostrar ao mundo as peculiaridades linguísticas e culturais de falares distintos daquilo que se chama amplamente de francofonia.

Para Serge Provencher, a (re)escrita de mitos fundadores é importante contribuição da literatura para a escrita da própria história, por explorar um lugar intermediário entre o real e o imaginado. Ele considera que o Quebec ainda mantém uma neurose identitária que se revela entre abertura ao Outro e preservação de si, e que a literatura se encarrega de interpretar essa tensão trazendo ao nível da consciência certos momentos e processos da construção da sociedade que ainda se encontram

escondidos. A dimensão mítica da escrita pode, assim, tocar de perto a própria formação identitária, através da fabulação de visões de mundo portadoras de ideais, valores, simbolizando uma orientação coletiva projetada no passado (PROVENCHER, 2010, XXVIII-XXIX).

Contribuem para os problemas do pertencimento e da formação de identidades nacionais as questões internas de assimilação da pluralidade cultural do Quebec, com a presença de populações minoritárias autóctones e comunidades étnicas, raciais, religiosas e migrantes as mais diversas. A questão da soberania nacional tem seus reflexos em todos os componentes dessa sociedade, tornando-se terreno fértil para a reflexão acerca do espaço conquistado pelas comunidades da margem. Esse complexo mosaico de influências se desenha desde a gênese da sociedade quebequense, e é ainda hoje objeto de estudos, assunto recorrente na mídia, dividindo opiniões quanto ao que significa ser quebequense.

Dentre os inúmeros efeitos da Revolução Tranquila, apontados geralmente como positivos para a construção de uma sociedade mais autônoma e sólida, sobretudo no que diz respeito à identidade quebequense, destaca-se a emergência do sentimento nacionalista. Calcada na ilusão de uma identidade fixa, a ideia de quebecidade torna-se mais clara após a década de 1960 e contribui para a afirmação política e econômica do Quebec perante o resto do Canadá. Entretanto, o período marca também a emergência de outras demandas a partir da tomada de consciência do caráter compósito desta sociedade, no momento em que grupos minoritários começam a crescer em número e a dela participar de forma mais ativa.

Isso se dá em diversos âmbitos da sociedade, com correntes de imigrantes chegados de diversos países e que começam a formar pequenas comunidades étnicas, culturais ou religiosas. A tomada de consciência do espaço ocupado por esses imigrantes provoca a criação de políticas de inclusão, de aceitação, de organização social com vistas a equilibrar o acesso a direitos até então ignorados. A nova sociedade que se constrói nesse período funda então um paradoxo: se, por um lado, a noção de identidade quebequense, forjada sobretudo no curso dos anos 1960, afirma-se de forma contundente perante o restante do Canadá, por outro, passa-se a reconhecer que essa sociedade é, também, um mosaico de referências vindas de diversas partes do globo, que passam a exigir, por sua vez, voz e espaço de expressão.

Na literatura, um exemplo disso é a autorreflexão empreendida pela inclusão do *joual*: ao mesmo tempo em que constitui uma faceta do caráter formador de uma

história literária nacionalista, vozes e falares vindos de outras paisagens começam também a buscar expressão. É o momento da ascensão de narrativas que trazem o exílio e o choque cultural à ordem do dia, juntamente com outros temas “menores”, como questões ligadas à pluralidade religiosa, à negritude, à escrita feminina. Ao elucidar alguns exemplos de grupos que buscam expressão nesse espaço plural de trocas e influências, Maclure destaca no processo de ressignificação do pertencimento a ascensão de escritores e escritoras migrantes. Redefinem-se, assim, os limites da literatura nacional, trazendo à tona processos de hibridação e de recomposição de identidades culturais: “Essas vozes, oriundas quase sempre da margem, constituem o mesmo número de *contranarrativas* identitárias que participam cada vez mais da reconfiguração do espaço identitário e político quebequense” (MACLURE, 2003, p. 59).

Nesse cenário, fica evidente que a mobilidade passa a ser a coluna vertebral das literaturas migrantes. Mais do que simples temática, o deslocamento perpassa a produção de escritores vindos de longe de modo a inscrever no sistema literário de acolhida a vivência da alteridade e os processos de integração dos imigrantes na nova sociedade. Na contracorrente do que a tradição institucionalizou como “literatura nacional”, as escritas da migração passam a ocupar importante papel rumo à pluralização da produção cultural contemporânea no Quebec. Inicialmente à margem, a literatura produzida por imigrantes passa em determinado momento a impulsionar novas reflexões acerca da identidade quebequense, chamando a novas elaborações conceituais que não excluam nem anulem as expressões individuais de comunidades minoritárias. Zilá Bernd assim sintetiza a noção de literatura migrante:

A denominação “literaturas migrantes” surge no Quebec em contraposição à expressão “littérature néo-québécoise”, que começava a ser usada, por volta dos anos 1980, em referência a uma literatura produzida no Quebec, em língua francesa, mas que não era feita por escritores quebequenses *de souche (pure laine)*, mas por imigrantes que haviam optado por residir no Quebec. As passagens transculturais necessariamente inscritas nessas obras, o trânsito entre geografias (normalmente a do país de origem do autor e a do país de chegada), o entrecruzamento de imaginários e de memórias estrangeiros caracterizam essa literatura que começou a fazer grande sucesso no Quebec, em particular, e no Canadá de modo geral, por trazer à baila, entre outros aspectos fulcrais para os processos de afirmação identitária no Quebec, o da alteridade (BERND, 2008, p. 21-2).

A presença do elemento migrante na literatura quebequense é comumente associada à intensificação da chegada de novos imigrantes a partir dos anos 1980 e a

uma suposta abertura da sociedade à diversidade cultural. A tomada de consciência da presença do outro a partir da intensificação de políticas públicas em relação às condições de imigração e de inclusão social deixa claro o caráter múltiplo da sociedade quebequense a partir dos anos 1980.

No entanto, como esclarece Daniel Chartier, dados estatísticos mostram que o processo migratório é muito anterior a esse período; o suposto aumento da migração no início dos anos 1980 nada mais é do que o efeito de políticas que se impuseram duas décadas antes, como a lei canadense sobre a imigração. Ele demonstra que, na verdade, nesse período, o que aumenta não é o número de imigrantes, mas a diversidade de países de origem dos novos habitantes. Há uma irregularidade no fluxo migratório no que concerne à proveniência dos recém-chegados, e esse processo tem uma incidência determinante sobre a concepção e ampliação dos parâmetros culturais (CHARTIER, 2003, p. 6).

Chartier associa a dificuldade de se interpretar o fenômeno da literatura migrante à própria complexidade de se discernir as transformações estruturais na definição da literatura nacional. Com isso, fica claro que os anos 1980 trouxeram à luz o questionamento dessa identidade, momento em que a escrita migrante conquista espaço e passa a receber atenção da crítica, seja com relação às instâncias de produção e de recepção, seja na elaboração de um projeto estético (como, por exemplo, o aporte de conceitos de transcultura e hibridação cultural).

O pertencimento, fator ilusório na busca por afirmação de uma cultura autenticamente quebequense, passa a ser questionado sob diversos ângulos, seja politicamente (qual o gentílico mais “apropriado” nessa nova configuração social?), seja culturalmente (qual o espaço da expressão artística plural que se estabelece a partir de então?). Novamente, a identidade nacional do Quebec vê-se em um momento de confusão, fragilizada pela necessidade de se pensar a expressão da pluralidade já socialmente estabelecida, exigindo que se desenhem novos horizontes.

A própria conceitualização da literatura produzida por escritores vindos de longe foi e continua a ser reelaborada para buscar novas formas de nomear essa escrita levando em consideração as políticas de inclusão, de modo a evitar generalizações ou termos politicamente incorretos. Quanto a essa preocupação conceitual, Ertler traz a seguinte reflexão:

As “escritas migrantes” que estavam em questão constituem hoje uma outra parte importante do sistema franco-canadense ou quebequense. Nos últimos

tempos, sua apelação mudou para “escritas neoquebequenses”, com tudo o que isso implica. Em 2001, Clément Moisan e Renate Hildebrand falavam ainda de “escrita migrante no Quebec”. Ainda que o fato da migração tenha sido retirado da nova denominação, fica sempre um aroma de exotismo, de novidade, de um pertencimento não de fato realizado ou no mínimo contestatório. Evidentemente não há acordo no que concerne à definição desses conceitos, mas o menor denominador comum encontra-se talvez em sua ligação com a imigração e, por consequência, em um pertencimento visível do autor a uma outra cultura que não aquela da sociedade canadense ou quebequense (ERTLER, 2008, p. 53-4).

Seja qual for a nomenclatura em voga, o fato é que as escritas migrantes estão diretamente ligadas à transculturação, propagando a descentralização discursiva da cultura de acolhida e chamando a um repensar de conceitos como os de alteridade, hibridação ou mestiçagem, entre outros ligados à valorização do plural. Uma vez que tais noções já constituem fatos sociais, sua ressignificação é válida por levar, pouco a pouco, ao enfraquecimento da exotização do discurso de escritores vindos de longe.

O espaço conquistado pela literatura migrante faz transbordarem conceitos como o de mestiçagem e o de transculturação, processos que invalidam a ideia de permanência de uma única identidade nacional. Ao se incorporarem a essa nova expressão do real, os processos que surgem do contato com o outro permitem que novos horizontes se esbocem rumo ao reconhecimento da diversidade cultural.

A intensificação do trânsito do sujeito na contemporaneidade causou impactos nas fronteiras culturais, linguísticas e geográficas, anteriormente delimitadas pelo conceito de Estado-nação. No caso da abertura do Quebec a imigrantes de diversas partes do globo, o próprio governo precisou fazer sua parte no sentido de estabelecer políticas que favorecessem a inclusão. Para Stéphanie Roussel, as mudanças profundas nessa nova sociedade que se reconhece a partir de então múltipla causam um sentimento de incerteza e de desconfiança da parte de indivíduos que viam, na chegada de imigrantes, uma espécie de ameaça a seu território e a seu conforto (ROUSSEL, 2013, p. 226). No Canadá, no início dos anos 1970, surge uma política de multiculturalismo visando mudar a percepção da sociedade canadense no sentido de uma apreensão mais justa das diferenças culturais, estimulando a tomada de consciência da existência e importância dessas culturas. No caso do Quebec, posteriormente, tais políticas foram aprofundadas: “o multiculturalismo é amplamente rejeitado para dar lugar alguns anos mais tarde a um interculturalismo que insiste em uma integração mais direta do imigrante no seio da cultura francófona do Quebec” (ROUSSEL, 2013, p. 227).

Na contemporaneidade, o problema da filiação é reelaborado não mais pela questão de um único pertencimento, aquele que tanto foi debatido após 1960. Outras vertentes se revelam, de modo que o novo cenário é marcado pela ruptura com as verdades basilares da identidade nacional e pela imposição de novas maneiras de se pensar a inclusão das minorias étnico-culturais. Por mais que se tenham estabelecido políticas de inclusão e respeito à diversidade cultural, a questão da imigração permanece controversa. No que diz respeito à emergência das literaturas migrantes, ainda que seu espaço esteja assegurado no sistema literário quebequense, o tema ainda é objeto de discussões. Ao afirmar seu valor e conquistar ampla circulação, essas “novas” literaturas (ainda que o fenômeno não seja nada recente) estimula o debate acerca do projeto nacional. A incorporação das escritas migrantes ao cenário cultural quebequense fragiliza as grandes narrativas através das quais se tentou forjar uma identidade nacional, ao ponto de estimular a discussão de outras questões que se impõem, como a criação de novas políticas de inclusão e de novos conceitos acerca da multiplicidade cultural e identitária que compõem a sociedade quebequense.

REFERÊNCIAS

- ANDRÈS, Bernard. Ditos e delírios comemorativos: do 400o aniversário da fundação de Quebec ao 250o aniversário de sua tomada pelos ingleses. Tradução Kelley Duarte e Nubia Hanciau. In: HANCIAU, Nubia & DION, Sylvie (Orgs.). *A literatura na história, a história na literatura*. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 65-96.
- BERND, Zilá. Mobilidades teóricas interamericanas. In: *Interfaces Brasil Canadá* n. 8. Rio Grande: FURG/ABECAN, 2008. p. 13-25.
- BROCHU, André. L'éveil de la parole. In: PLOURDE, Michel (Org.). *Le français au Québec: 400 ans d'histoire et de vie*. Quebec: Fides/Les Publications du Québec, 2000. p. 260-71.
- CHARTIER, Daniel. *Dictionnaire des écrivains émigrés au Québec 1800-1999*. Montréal: Nota Bene, 2003.
- ERTLER, Klaus-Dieter. Le roman québécois contemporain face à la mondialisation – récurrences et perspectives. In: *Interfaces Brasil Canadá* n. 9. Rio Grande: FURG/ABECAN, 2008. p. 47-66.
- GAUVIN, Lise. *Aventuriers et sédentaires: parcours du roman québécois*. Paris: Honoré Champion, 2012.
- OUELLET, François. *Passer au rang de père: identité sociohistorique et littéraire au Québec*. Montréal: Nota Bene, 2002.
- MACLURE, Jocelyn. Narrativas e contranarrativas identitárias no Quebec. In: GAGNON, Alain-G. (Org.). *Quebec: Estado e sociedade*. Tradução Zilá Bernd et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 39-60.
- MAILHOT, Laurent. *La littérature québécoise depuis ses origines*. Montréal: Typo, 1997.

MORAES, Luciano Passos. A presença do exílio na literatura quebequense: escrita migrante e autonarração. *Patrimônio e memória*, Assis, v. 13, n. 1, p. 79-102, jan. 2017.

MOREL, Pierre (Org.). *Parcours québécois: introduction à la littérature du Québec*. Chisinau: Cartier, 2007. p. 20-46.

PROVENCHER, Serge. *Quête identitaire et littérature: de Canadien à Québécois*. Québec: ERPI, 2010.

ROUSSEL, Stéphanie. Théorisation et gestion des rencontres: interculturalisme et littératures québécoises. In: IMBERT, Patrick. *Rencontres multiculturelles: imprévus et coïncidences, le Canada et les Amériques*. Ottawa: Université d'Ottawa, 2013. p. 223-59.

TURGEON, Luc. Interpretar os percursos históricos do Quebec: entre a sociedade global e o espaço regional. In: GAGNON, Alain-G. (Org.). *Quebec: Estado e sociedade*. Tradução Zilá Bernd et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 61-82.

¹ Proponho um estudo do estabelecimento das literaturas migrantes no sistema literário quebequense e suas relações com as diferentes facetas das escritas de si no artigo “A presença do exílio na literatura quebequense: escrita migrante e autonarração” (Moraes, 2017).

² As traduções de citações em língua estrangeira são de minha responsabilidade, salvo quando houver indicação em contrário nas referências.

³ Empregada pela primeira vez por um redator do jornal *Globe and Mail*, de Toronto, a expressão *Quiet Revolution*, ou *Révolution Tranquille* (Revolução Tranquila) designa um período de mudanças significativas ocorridas na sociedade quebequense sobretudo durante o governo liberal de Jean Lesage, que marcou a entrada do Quebec na modernidade e a ascensão do nacionalismo. Não há consenso quanto ao período exato em que ocorreu, mas trata-se do conjunto de profundas transformações políticas e sociais implementadas entre os anos de 1960 e 1970, dentre as quais se destacam a nacionalização da produção energética e a criação da Hydro-Québec; a organização do sistema de previdência; alterações no código civil (com destaque para o estabelecimento do divórcio); a implementação de melhorias para as mulheres; a laicidade da educação, que até então era gerenciada pelo clero; a criação do ministério de assuntos culturais, impulsionando a produção artística e cultural.

⁴ A situação dos canadenses-franceses durante a ocupação inglesa e o tema da sobrevivência são assim sintetizados por Jocelyn Maclure: “a Conquista teria o efeito de uma ruptura na história do Quebec. E é desta última que teria emergido este longo purgatório nomeado *sobrevivência*. De fato, já que a emancipação econômica, cultural e política encontrava-se estruturalmente impraticável pela ocupação inglesa, os canadenses-franceses não podiam contar senão em sobreviver, isto é, apegar-se, bem ou mal, a algumas práticas e instituições herdadas do regime francês e tentar rejeitar, nesse período, as ameaças de assimilação. A escolha era clara: sobreviver ou perecer” (MACLURE, 2003, p. 42).